

O Reinado de Njinga: debate historiográfico

Mariana Affonso Penna

Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense.
Email: mariana.penna@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar a configuração do reinado de Njinga (1624-1663), realizando um debate historiográfico a partir das reflexões dos historiadores Joseph Miller e John Thornton. Em seus respectivos artigos "Nzinga of Matamba in a New Perspective" e "Legitimacy and political power: Queen Njinga, 1624-1663", ambos publicados no "The Journal of African History", os autores irão defender perspectivas contrastantes em torno da legitimidade ou não da subida de Njinga ao poder, assim como os desdobramentos disto decorrentes em seu reinado. Para Miller, ela é uma usurpadora que, sem apoio doméstico precisou de aliados externos para manter seu poder. Para Thornton, Njinga tinha precedentes históricos e genealógicos para justificar sua autoridade, podendo apesar das oposições afirmar seu poder.

PALAVRAS-CHAVE: Njinga Mbande; Legitimidade; Angola.

ABSTRACT: This paper aims to analyze Njinga's kingdom's configurations (1624-1663) through a historiographical debate, based on Joseph Miller and John Thornton interpretations. In their respective articles "Nzinga of Matamba in a New Perspective" and "Legitimacy and political power: Queen Njinga, 1624-1663", both published by "The Journal of African History", those authors defend contrasting perspectives around the legitimacy or not of Njinga's claim for power as well as the effects of this legitimacy (or lack of legitimacy) during the time she ruled. Miller considers her an usurper, who, without domestic support, had to submit to external allies to keep her power. Thornton, on the other hand, states that Njinga had both historical and genealogical precedents to justify and keep her authority.

KEYWORDS: Njinga Mbande; Legitimacy; Angola.

1. O poder político em Ndongo

Foi esta crescente e cada vez mais ponderosa classe de escravos reais que apoiou Njinga em sua busca pelo poder, e sua luta contra os rivais pelo controle dos escravos militares (kimbare, plural imbare) foi o ponto crucial para suas relações iniciais com Portugal. E mais, o primeiro rival de Njinga, Hahi a Kiluanji, foi essencialmente um dikota, que podia se beneficiar da reversão da tendência de centralização sob os escravos reais que beneficiava Njinga¹.

2. Breve histórico sobre a trajetória da rainha Njinga

A primeira “aparição” documentada de Njinga remete ao ano de 1622, quando ela foi enviada a Luanda para negociar a paz com os portugueses², com os quais seu irmão, rei de Ndongo, travava guerra. Nessa visita, Njinga se converteu ao cristianismo aceitando o sacramento cristão do batismo.

Dois anos depois, seu irmão, conhecido pelo título de *Mbande a Ngola* faleceu³ e Njinga assumiu o controle do reinado em seu lugar, como regente do filho de Ngola Mbandi⁴. Não satisfeita com sua posição de regente, provavelmente encarada por Njinga como uma barreira, ela eliminou seu sobrinho e assumiu o controle do reinado. Juntamente com a sua manipulação da corte real (composta por “escravos reais”) e o recrutamento de “escravos militares” de seus rivais, este acontecimento conduziu a guerra com *hari a kiluanji* e Ngola Hari que utilizaram essas realizações como base para contestar a ascensão ao trono de Ndongo por Njinga.⁵

Como rainha de Ndongo, ela faz um acordo com os portugueses no qual permitiu a entrada de mercadores de escravos e missionários em seu território, exigindo em troca que os portugueses se retirassem da fortaleza próxima a capital histórica de seu reino, a

¹ Tradução minha do original: “It was this growing and increasingly powerful class of court slaves that supported Njinga in her quest for power, and her struggle against rivals over who controlled the military slaves (kimbare, plural imbare) was the crux of her early relations with Portugal. What is more, Njinga’s first rival, Hari a Kiluanji, was essentially a dikota, who might benefit from reversing the tendency to centralization under royal slaves that benefited Njinga”. Em: Thornton, Jonh K.. *Legimaticy and political power: Queen Njinga, 1624-1663 in The journal of African History, vol. 32, nº 1 (1991), pág.29*

² Se Njinga foi realmente enviada por seu irmão ou não, ainda não é claro. A documentação referente a sua visita a Luanda data da velhice da rainha Njinga. E além disso, questiona-se a possibilidade de seu irmão a ter enviado em tão importante missão considerando que havia desavenças entre eles, pois segundo Njinga ele teria matado seu filho.

³ Segundo Joseph Miller “(...) Nzinga took her ‘brother’s’ place under a cloud of suspicion that she was somehow implicated in his death”.

⁴ Nome do irmão de Njinga, rei de Ndongo, conhecido pelo título de *mbande a ngola*.

⁵ THORNTON, Jonh K.. *Legimaticy and political power: Queen Njinga, 1624-1663 in The journal of African History, vol. 32, nº 1 (1991), pág. 38*.

qual os portugueses construíram durante a guerra da década anterior.⁶ No entanto, o seguinte governador português se negou a cumprir a promessa de seu antecessor. É importante frisar que este período é marcado por um processo de expansão portuguesa para o interior de Angola.

Njinga ofereceu asilo aos escravos fugidos das plantações dos portugueses próximas a costa, ampliando a crise das relações com Luanda que culminaram na longa guerra travada por Njinga e seus aliados contra os portugueses.

Em 1624, Njinga utilizou-se de mercenários Imbangala para suplementar suas forças militares. Também tinha por aliados, exércitos Imbangala, mas essas alianças não eram sempre seguras, o que se confirmou nas batalhas de 1628, quando dois desses exércitos mudaram para o lado dos portugueses. Por isso, para conseguir uma base de apoio militar mais segura, Njinga adere ao Imbangala negando o cristianismo e assumindo as doutrinas Imbangala.⁷

No entanto, nem ela nem seus aliados tinham interesse em manter as regras Imbangala como política permanente, por isso, Njinga se converte novamente ao cristianismo repudiando os rituais religiosos Imbangala juntamente com suas regras de organização política.⁸

Njinga se dirigiu para Matamba e assumiu o reinado dessa região. Como rainha de Matamba, ela ampliou o lucrativo tráfico de escravos sobre seu controle, o que lhe deu meios de ampliar seus exércitos, fazendo possível expandir o território de seu reinado, proporcionando uma expansão política e econômica de Matamba. Essa expansão territorial voltou-se para o sul de forma a bloquear o acesso dos portugueses às “fontes de escravos”.

Quando em 1641 os holandeses expulsam os portugueses de Luanda e se aliam a Njinga, Matamba passou a dominar política e comercialmente o Ndongo.⁹

⁶ MILLER, Joseph C. "Nzinga of Matamba in a New Perspective", in *Journal of African History*, XVI 2 (1975), pág. 208.

⁷ Idem nota nº 6, pág 32.

⁸ Mais detalhes sobre a aproximação de Njinga com os Imbangala serão abordados posteriormente quando tratarei das diferentes interpretações de Thornton e Miller sobre o assunto.

⁹ MILLER, Joseph C. "Nzinga of Matamba in a New Perspective", in *Journal of African History*, XVI 2 (1975), pág. 211.

Mas após 1648, quando os portugueses reassumiram o poder em Luanda, Njinga optou por negociar a paz, apesar da discordância de seus conselheiros de Matamba. Em 1656, um tratado foi selado reafirmando as concessões que ela fez em 1622. Também o acordo assegurou a Njinga o monopólio da exportação de escravos, concentrando o mercado de escravos em sua capital, além disso, foi assegurada a presença dos aliados portugueses e a residência de um representante português em sua capital. E Njinga além do pagamento de um tributo anual em escravos, se comprometeu a providenciar assistência militar aos portugueses quando estes a requisitassem.¹⁰

Com a morte de Njinga em 1663, sua irmã conhecida por Dona Bárbara, assumiu o governo de Matamba abaixo da oposição do antigo general de Njinga, *nzinga a mona*, o qual também se opunha a influência portuguesa naquele reinado e à facção católica. Então após a morte de Dona Bárbara segue-se um período de guerra civil opondo-se essas forças.

3. As discordâncias entre John Thornton e Joseph Miller no que diz respeito à legitimidade de Njinga como sucessora de Ngola Mbandi

X

A rainha Njinga do Ndongo e Matamba foi recentemente vista como uma usurpadora do trono, em grande medida porque alguns documentos contemporâneos a descreviam desta maneira. Mas a legitimidade para governar no Ndongo era bastante complexa, baseada não numa constituição fixa, mas numa série de contraditórios precedentes históricos que eram citados para estabelecer autoridade. Njinga foi capaz de encontrar tais precedentes para apoiar sua reivindicação, que foi posteriormente reforçada pelo seu controle dos chefes militares oficiais do país. Desta maneira, ela foi capaz de estabelecer sua legitimidade e até mesmo criar um precedente para governos femininos que se seguiram a sua morte. (John Thornton, pág 40) 11

¹⁰ MILLER, Joseph C. "Nzinga of Matamba in a New Perspective", in *Journal of African History*, XVI 2 (1975), pág. 212.

¹¹ Tradução minha, texto original: "Queen Njinga of Ndongo and Matamba has recently been viewed as a usurper of the throne, largely because some contemporary documents describe her as such. But the issue of legitimacy to rule in Ndongo was a complex one, based not on a fixed constitution but a set of contradictory historical precedents which were cited to establish authority. Njinga managed to find such precedents to support her claims, which were further reinforced by her control of the chief military officials of the country. In so doing, she was able to establish her legitimacy and even became a precedent for female rule in the years that followed her death." Em: THORNTON, Jonh K.. "Legimaticy and political power: Queen Njinga, 1624-1663" in *The Journal of African History*, vol. 32, nº 1 (1991), p. 40.

Sua instalação como governante parece ser oriunda mais diretamente de ambições pessoais e de interesses estratégicos portugueses do que da vontade de seus súditos.¹²

E Joseph Miller, enfatizando essa posição, interpreta a primeira visita de Njinga a Luanda em 1622, como uma manifestação das suas ambições e intenções políticas conforme coloca no trecho abaixo:

Mas ela converteu sua visita à capital portuguesa de um esforço para salvar seu irmão em um triunfo pessoal (...). A aceitação do catolicismo por Nzinga também garantiu o apoio português para suas ambições no campo das políticas domésticas de Mbundo.¹³

Miller parece também enfatizar certa subserviência do governo de Njinga aos portugueses ao destacar o controle destes sobre a política interna de Ndongo, quando da ascensão de Njinga ao trono:

Ela abruptamente interrompeu as oposições à invasão portuguesa, características de seus antecessores, abrindo assim suas terras para os mercadores de escravos, expondo assim seus compatriotas à captura e venda. Ela violou ainda as preferências ideológicas Mbundu por receber missionários cristãos em sua capital. Como compensação, ele exigiu apenas que Portugal retirasse uma fortaleza construída próximo à capital histórica do seu reino durante a guerra das décadas precedentes. ¹⁴

assumir-se como Imbangala e seu exército passou a funcionar sob regras Imbangala. No entanto, como afirma Thornton:

Njinga e seus apoiadores da elite Ndongo, não eram a favor da aplicação das regras Imbangala, portanto sempre consideraram a decisão de se unir

¹² Tradução minha, texto original: "Her installation as ruler of the Ngola kingdom appears to have followed more directly from personal ambitions and from Portuguese strategic interests than from the acclaim of her subjects." Em: MILLER, Joseph C. "Nzinga of Matamba in a New Perspective", in *Journal of African History*, XVI 2 (1975), p. 207.

¹³ "But she converted her visit to the Portuguese capital from an effort to save her brother into a personal triumph (...). Nzinga's acceptance of Catholicism also secured Portuguese support for her ambitions within the field of Mbundu domestic politics" Em: MILLER, Joseph C. "Nzinga of Matamba in a New Perspective", in *Journal of African History*, XVI 2 (1975), p. 207.

¹⁴ Minha tradução, texto original: "She abruptly ended her predecessors' opposition to Portuguese encroachment, opening her lands to Portuguese slave traders and thus exposing the kinsmen of the kingdom to seizure and sale. She also violated Mbundu ideological preferences by welcoming Christian missionaries to her capital. In return, she required only that Portuguese withdraw a fortress constructed near the historic capitals of her kingdom during the war of the previous decades." Em: MILLER, Joseph C. "Nzinga of Matamba in a New Perspective", in *Journal of African History*, XVI 2 (1975), p. 208.

aos Imbangala um expediente de desespero e não uma política permanente.¹⁵

O que pode ser observado pela intenção da rainha de inserir a idéia de sucessão hereditária, contradizendo as regras Imbangala de eleição dos representantes. E, por essas divergências, “começando nos finais da década de 1640, Njinga e seus apoiadores tentaram simbolicamente extirpar a influência Imbangala através do retorno ao cristianismo.”¹⁶

Mas Joseph Miller observa essa ruptura da aliança com os Imbangala, como fruto da intenção destes últimos em se aliarem aos portugueses. Portanto, não teriam sido os interesses de Njinga e seus aliados que motivaram essa ruptura, mas sim os dos Imbangala:

O Kaza e outros líderes guerreiros Imbangala rapidamente desertaram com a justificativa de que faltava a ela ancestralidade Imbangala. Assim sua fraca reivindicação por autoridade, considerada ilegítima pelos Imbangala, assim como pelos Mbundu, evidentemente continuou a dificultar sua busca por uma base política firme até mesmo como tembanza.^{17, 18}

Partindo do princípio de que Njinga era certamente ilegítima, Joseph Miller apresentou diversas regras de sucessão que Thornton irá questionar afirmando que não havia, muito claramente, regras para a sucessão do reinado de Ndongo.

A primeira incompatibilidade que Miller apresenta, e talvez a de maior peso, seria a proibição às mulheres de assumir títulos nobres e reais¹⁹. No entanto, Thornton argumenta que Njinga, reconhecendo a carência de precedentes femininos adequados, e compreendendo, portanto, a sua reduzida legitimidade, usou de diferentes mecanismos para alcançar seu reconhecimento. O primeiro deles teria sido casar com homens os

¹⁵Minha tradução, texto original: “Njinga and her partisans from Ndongo’s elite did not favor any application of Imbangala rules, for they always considered the decision to join Imbangala as a desperate expedient and not a permanent policy.” Em: THORNTON, Jonh K.. “*Legimaticy and political power: Queen Njinga, 1624-1663*” in *The journal of African History*, vol. 32, nº 1 (1991), p. 31.

¹⁶ Tradução minha, texto original: “Starting in the late 1640s, Njinga and her supporters symbolically attempted to oust Imbangala influence by returning to Christianity.” Em: THORNTON, Jonh K.. “*Legimaticy and political power: Queen Njinga, 1624-1663*” in *The journal of African History*, vol. 32, nº 1 (1991), p. 32.

¹⁷ Título Imbangala reservado para mulheres que conferia grande poder político e militar.

¹⁸ Tradução minha, texto original: “The Kaza and other Imbangala war-leaders soon defected to the Portuguese with the excuse that she lacked authentic Imbangala ancestry. Thus her weak claim to authority, regarded as illegitimate by the Imbangala as well as by the Mbundu, evidently continued to hamper her search for a firm political base even as the tembanza”. MILLER, Joseph C. “Nzinga of Matamba in a New Perspective”, in *Journal of African History*, XVI 2 (1975), pág. 209.

¹⁹ MILLER, Joseph C. “Nzinga of Matamba in a New Perspective”, in *Journal of African History*, XVI 2 (1975), pág. 202.

quais governariam nominalmente como reis, enquanto ela exerceria o poder político de fato. Mas, no entanto, esses reis não foram suficientemente aceitos como tal, o que demandou novos arranjos, levando Njinga a contornar essa ilegitimidade trocando de sexo. Segundo Thornton, esse era um artifício possível e tinha precedentes na África central, onde existia uma diferença legal entre sexo enquanto uma condição biológica e gênero como uma condição social.

O segundo motivo que Miller alega culminar na falta de legitimidade de Njinga como sucessora de *Mbande a Ngola*, seria a de ela ser meia-irmã de Ngola Mbandi, tendo por mãe uma escrava, a qual não era oriunda da corte real. Mas essa informação vai de encontro com a que Thornton nos traz de que também *Mbande a Ngola* era filho de uma escrava:

(...) o predecessor e irmão de Njinga, Ngolambande (Ngola Mbandi) não tinha direito ao trono por ser o segundo filho de seu pai e ainda era filho de uma esposa escrava e não de sua primeira esposa. Ele havia ilegalmente tomado o poder e matado seu irmão.²⁰

Essa informação é importante para contestar a idéia apresentada por Miller de que, Njinga sendo filha de uma escrava já tinha a possibilidade de assumir o comando do reinado imediatamente descartada. Também outro fator sustentado por Miller que a desqualificaria como sucessora ao trono seria a suspeita de Njinga ter assassinado seu irmão:

Considerando que a teoria política Mbundu impedia qualquer pessoa que tivesse manifestado hostilidade prévia ao possuidor de qualquer título na tomada de seu lugar, Nzinga foi ainda mais desqualificada para uma sucessão legítima.²¹

No entanto, ao que parece, o próprio irmão tornou-se rei assassinando o herdeiro legítimo (segundo os parâmetros apresentados por Joseph Miller), conforme observamos na transcrição anterior do trecho do artigo de Thornton.

Joseph Miller também considera que nenhum parente de um rei tinha assegurado direito à sucessão deste monarca. Mas ainda que consideremos esse pressuposto,

²⁰ Tradução minha, texto original: "(...) Njinga's predecessor and brother, Ngolambande (Ngola Mbandi) had no right to the throne because he was a second son of his father and moreover was the son by a slave wife rather than the first wife. He had illegally seized power and murdered his brother." Em: THORNTON, Jonh K.. "Legimaticy and political power: Queen Njinga, 1624-1663" in *The journal of African History*, vol. 32, nº 1 (1991), p. 37.

²¹ Tradução minha, texto original: "(...) since Mbundu political theory specifically precluded anyone who had show hostility to the holder of a title from taking his place, Nzinga was further disqualified from a legitimate succession". Em: MILLER, Joseph C. "Nzinga of Matamba in a New Perspective", in *Journal of African History*, XVI 2 (1975), p. 213.

observamos que segundo os precedentes históricos, a descendência era um fator importante para a elegibilidade de um rei no poder. E, além disso, Njinga apesar de enfatizar, não tomava como confirmação de sua legitimidade como governante de Ndongo, apenas o fato de ser irmã de seu predecessor, possivelmente ela foi também eleita, não por makota, mas por escravos reais.

Uma questão intensamente abordada por Thornton é a da disputa entre rivais na busca por precedentes históricos e genealógicos que os legitimem enquanto sucessores reais. O interessante dessa busca é que rivais encontram precedentes que justificam o estabelecimento de suas autoridades a ambos, assim como precedentes contraditórios:

Tanto os precedentes constitucionais como genealógicos encontrados na tradição fornecida por Njinga com sua reivindicação para governar o país; que ela era devidamente decendente da principal linha real enquanto seus rivais não eram, e que ela havia sido eleita pelos oficiais adequados. Seus oponentes, por outro lado, alegaram outros precedentes para desabona-la: que ela era mulher e, portanto, inelegível²² e que as reivindicações de outros decendentes eram tão boas ou melhores que as dela. Ngola Hari era decendente de um ramo indireto da família real, mas havia precedentes para a eleição deste tipo de herdeiros.²³

Para finalizar essa discussão a respeito das discordâncias de Thornton e Miller, a qual não tem por intenção esgotar o tema, abordarei as conclusões desses dois autores a respeito do final da trajetória de Njinga.

Miller conclui que Njinga não conseguiu obter real apoio em sua terra, sendo apenas possível superar a sua fraca posição na política interna do Ndongo e garantir sua posição enquanto rainha, através do apoio de estrangeiros, especialmente os portugueses que acabam por reconhecê-la como legítima líder católica de Matamba e fiel aliada. No entanto, segundo ele, após sua morte as crises subseqüentes demonstram que a busca por afirmação em seu reino não teve êxito:

²² Nesse caso, a exceção de todos os outros, Njinga não conseguiu encontrar precedentes adequados para justificar sua posição, no entanto, contornou essa questão tornando-se homem conforme abordado anteriormente.

²³ Tradução minha, texto original: "Both constitutional and genealogical precedents found in the traditions provided Njinga with the claims that she made to rule the country; that she was properly descended from the main royal line while her rivals were not, and that she had been elected by the proper officials. Her opponents, on the other hand, adduced other precedents to discredit her: that she was a female and thus ineligible and that other claims by descent were as good or better than hers. Ngola Hari was descended from a junior branch of the royal family, but there were precedents for election of such heirs." Em: THORNTON, Jonh K.. "Legimaticy and political power: Queen Njinga, 1624-1663" in *The journal of African History*, vol. 32, nº 1 (1991), p. 37.

As forças domésticas organizadas contra Nzinga triunfaram após sua morte, impedindo tirando os títulos reais Matamba de seus sucessores escolhidos e omitindo seu nome da tradição real do Estado.²⁴

Mas John Thornton discorda:

Ao final, Njinga conseguiu finalmente moldar seu Estado de maneira a tolerar sua autoridade, apesar de que certamente o fato de ela ter sobrevivido aos ataques que sofreu e construído uma forte base de apoiadores leais ajudou tanto quanto a relevância dos precedentes que ela citou. Apesar da facção Imbangala de Njinga Mona ter realizado sérias tentativas de tomar o poder após sua morte, forças decisivas da facção cristã liderada por João Guterres Ngola Kanini tiveram sucesso em derrotá-los, assim como os princípios Imbangala.²⁵

E, além disso, conforme expresso no trecho do artigo de Thornton com o qual introduzi essa discussão, segundo ele, Njinga não apenas estabeleceu sua legitimidade como tornou-se precedente para futuras governantes mulheres após sua morte.

Referências:

MILLER, Joseph C. Nzinga of Matamba in a New Perspective. In: **Journal of African History**, XVI 2 (1975), p. 201-216.

THORNTON, Jonh K. Legimaticy and political power: Queen Njinga, 1624-1663. In: **The Journal of African History**, v. 32, n. 1 (1991), p. 25-40.

SERRANO, Carlos M. H. Ginga, a Rainha Quilombola de Matamba e Angola. In: **Revista da USP**, n. 28 (Dossiê do Povo Negro).

²⁴ Tradução minha, texto original: "The domestic forces arrayed against Nzinga triumphed after her death, expelling her chosen successors from the Matamba royal title and omitting her name from the oral tradition of the state." Em: MILLER, Joseph C. "Nzinga of Matamba in a New Perspective", in *Journal of African History*, XVI 2 (1975), p. 216.

²⁵ Tradução minha, texto original: "In the end, Njinga ultimately managed to shape her state into a form that tolerated her authority, though surely the fact that she survived all attacks on her and built up a strong base of loyal supporters helped as much as the relevance of the precedents she cited. Although the Imbangala faction of Njinga Mona made a serious attempt to seize power after her death, ultimately forces of the Christian faction led by João Guterres Ngola Kanini succeeded in defeating them and the Imbangala principles." Em: THORNTON, Jonh K.. "*Legimaticy and political power: Queen Njinga, 1624-1663*" in *The journal of African History*, vol. 32, nº 1 (1991), p. 39.